O AGRO E AS SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

LUIZ CLÁUDIO CAFFAGNI*

Num momento em que a União procura se equilibrar pelo lado fiscal, é importante saber que o agro recebeu, em média, apenas 15% do total de benefícios (subsídios) concedidos pelo Governo nos últimos dez anos. Com base em um relatório do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) que lista os subsídios concedidos entre 2003 e 2023, observa-se que, mesmo com os subsídios financeiros e creditícios mostrando-se representativos no último ano, os subsídios tributários se destacaram muito em relação aos demais.

EMBORA OS subsídios busquem corrigir falhas e imperfeições de mercado, além de atacar desigualdades, sabemos que esses benefícios são repartidos por toda a sociedade.

É função do Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizar a União e a gestão dos recursos públicos federais, porém, diante do volume de recursos envolvidos, é difícil não se perguntar se a sociedade conhece a efetividade dos programas e os critérios de concessão.

Talvez, fosse importante a realização de estudos para se verificar a participação dos subsídios concedidos pela União no Produto Interno Bruto (PIB) de cada setor beneficiado.

Conectando riscos climáticos extremos e políticas públicas, cabe refletir se uma parte dos subsídios não deveria incentivar a criação de mitigadores de risco privados para que os "socorros" governamentais se restrinjam apenas a casos excepcionais, tanto no agro, como nos demais setores da economia.

"Conectando riscos climáticos extremos e políticas públicas, cabe refletir se uma parte dos subsídios não deveria incentivar a criação de mitigadores de risco privados para que os 'socorros' governamentais se restrinjam apenas a casos excepcionais..."

PARTICIPAÇÃO DO AGRO NOS SUBSÍDIOS

O Gráfico 1 traz a informação consolidada de todos os subsídios concedidos nos últimos dez anos em valores constantes (comparáveis ao longo dos anos). Nesse período, em termos de magnitude, 2023 foi o ano de maior dispêndio, enquanto 2020 foi o menor. Quanto à participação no PIB, o total de subsídios concedidos variou entre 4,66% (2020) e 6,66% (2015), o que evidencia a importância dos subsídios para a economia brasileira e como essas alocações variam em resposta a diferentes contextos econômicos e políticos ao longo dos anos.

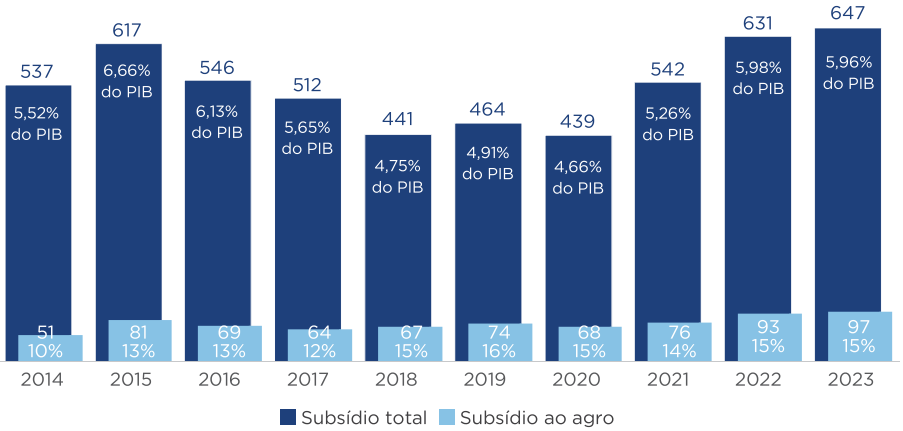
Quando se olha o agro, 2023 (R$ 97 bilhões) foi o ano de maior dispêndio da série e 2014 (R$ 51 bilhões), o menor. Os últimos dois anos foram aqueles em que o agro mais recebeu subsídios.

21 ANOS DE SUBSÍDIOS DA UNIÃO

Em meados de cada ano, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) publica um relatório consolidado dos subsídios concedidos no ano anterior. Esses subsídios destinam-se à diminuição dos custos para o produtor e dos preços para o consumidor. Sob a ótica da União, subsídios impactam a despesa (no caso dos subsídios financeiros e

GRÁFICO 1 – BENEFÍCIOS (SUBSÍDIOS) TOTAIS E PARTICIPAÇÃO DO AGRO EM VALORES CONSTANTES (R$ BILHÕES)

Considerando a magnitude do total de subsídios no Brasil, 2023 foi o ano de maior gasto, enquanto 2020 foi o de menor. Especificamente sobre o agro, percebe-se que 2023 foi o ano de maior dispêndio e 2014, o de menor.



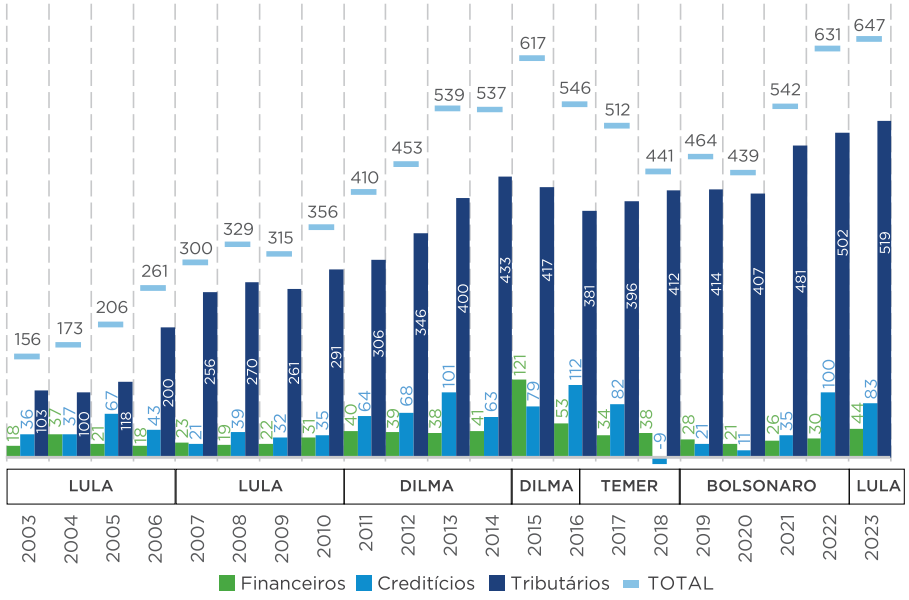
Fonte: MPO; elaboração pelo autor

creditícios) e a receita (para os subsídios tributários)[a].

Conforme se observa no Gráfico 2, embora os subsídios financeiros e creditícios tenham valores representativos, os subsídios tributários são "estratosféricos". Outra constatação importante é o aumento da participação dos subsídios tributários, os quais representavam ao redor de 60% até 2005, passando a significar em torno de 80% a partir daí.

GRÁFICO 2 – SUBSÍDIOS TOTAIS, FINANCEIROS, CREDITÍCIOS E TRIBUTÁRIOS EM VALORES CONSTANTES (R$ BILHÕES)

Quando se trata da trajetória dos subsídios totais na história brasileira recente, observa-se um notável período de incremento entre 2003 e 2015, sucedido por uma queda até 2020 e, mais recentemente, uma nova elevação entre 2021 e 2023.



Fonte: MPO; elaboração pelo autor

Anualmente, é publicado um relatório governamental listando os subsídios concedidos até o ano anterior à data em questão. Com a função de diminuir os custos ao produtor e os preços ao consumidor, os subsídios impactam a despesa (financeiros e creditícios) e a receita (tributários).

COMO FICARAM OS SUBSÍDIOS DO AGRO EM 2023

A tabela traz os subsídios direcionados ao agro em 2023. Vale destacar que quatro programas – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), operações de investimento rural e agroindustrial, Custeio Agropecuário e Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) – representaram 94% dos subsídios financeiros destinados para o agro.

Destaca-se, também, que ainda restam valores de subsídios financeiros a pagar

SHUTTERSTOCK



SUBSÍDIOS TOTAIS E OS PROGRAMAS DO AGRO EM 2023 (R$)

Entre os benefícios financeiros, apenas quatro programas somam 94% dos subsídios para o agro. Entre os creditícios, 92% dos subsídios originam-se nos Fundos Constitucionais. E, entre os tributários, 99% relacionam-se ao programa Agricultura e Agroindústria e à isenção de IR em investimentos de LCA e CRA.

LINHAS DE SUBSÍDIOS	Valor (R$)	Part. no setor	Part. no total
Benefícios financeiros (todos os setores)	**44.137.140,5**	**100,0%**	**6,8%**
Benefícios financeiros do agro	**12.563.999,4**	**28,5%**	**1,9%**
Pronaf (equalização)	5.791.842,8	13,1%	0,9%
Operações de investimento rural e agroindustrial	3.474.895,7	7,9%	0,5%
Custeio Agropecuário	1.570.107,3	3,6%	0,2%
PSR	933.137,6	2,1%	0,1%
Securitização Agrícola	369.728,1	0,8%	0,1%
PESA	235.616,2	0,5%	0,04%
Subvenção nas operações de crédito rural do Sudene e do Sudam	70.544,0	0,2%	0,01%
AGF e estoques estratégicos	65.552,5	0,1%	0,01%
Garantia e Sustentação de Preços	22.026,1	0,05%	0,003%
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	21.996,7	0,05%	0,003%
Subvenção econômica para empresas cerealistas	4.534,5	0,01%	0,001%
EGF	4.018,0	0,01%	0,001%
Benefícios creditícios (todos os setores)	**83.456.826,7**	**100,0%**	**12,9%**
Benefícios creditícios do agro	**11.856.584,8**	**14,2%**	**1,8%**
FNE, FNO e FCO*	10.962.567,4	13,1%	1,7%
FTRA – Banco da Terra	598.460,5	0,7%	0,1%
Pronaf (financiamento)	162.245,0	0,2%	0,0%
Funcafé (financiamento)	122.060,8	0,1%	0,0%
Recuperação da Lavoura Cacaueira (financiamento)	11.251,0	0,0%	0,0%
Benefícios tributários (todos os setores)	**518.981.351,5**	**100,0%**	**80,3%**
Benefícios tributários do agro	**72.196.719,0**	**13,9%**	**11,2%**
Agricultura e Agroindústria	59.764.112,4	11,5%	9,2%
Títulos de crédito imobiliários e do agronegócio (LCA e CRA)**	11.700.953,8	2,3%	1,8%
Seguro rural	674.169,8	0,1%	0,1%
ITR	57.482,9	0,0%	0,0%
TOTAL DE SUBSÍDIOS (TODOS OS SETORES)	646.575.318,7	100,0%	100,0%

Sudene: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; Sudam: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; AGF: Aquisição do Governo Federal; EGF: Empréstimos do Governo Federal; FNE, FNO e FCO: Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste; FTRA: Fundo de Terras e da Reforma Agrária; Funcafé: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira; ITR: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
*Ponderado pela participação do agro nos Fundos Constitucionais
**Ponderado pela participação das LCAs e dos CRAs no subsídio total
Fonte: MPO; elaboração pelo autor

pela União envolvendo o Programa de Securitização Agrícola (R$ 370 milhões) e o Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA – (R$ 236 milhões), relacionados ao grande endividamento do agro em razão do Plano Collor I, desenvolvido 34 anos atrás!

Quando se olham os subsídios creditícios, 92% têm origem nos Fundos Constitucionais aplicados ao agro.

Por fim, 99% dos subsídios tributários para o agro estão relacionados ao programa Agricultura e Agroindústria – relacionado à desoneração da cesta básica – e à isenção de Imposto de Renda (IR) para pessoas físicas em investimentos de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). ■

[a]Subsídios financeiros são desembolsos realizados por meio de equalizações de juros e de preços, bem como dívidas de obrigações do Tesouro Nacional, estabelecidos no orçamento da União; subsídios creditícios são gastos da União decorrentes do diferencial entre o rendimento de fundos, programas ou concessões e o custo de oportunidade do Tesouro Nacional; subsídios tributários são medidas de desoneração tributária cujos objetivos diferem da finalidade de arrecadação tributária e que buscam incentivar setores econômicos delimitados ou compensar o não provimento de bens e serviços sob a responsabilidade do Estado

* Especialista em crédito, gestão de risco, derivativos e seguros no agronegócio, membro de Conselhos de Administração de empresas e professor de Pós-Graduação Lato Sensu da Fundação Getulio Vargas (FGV) – luiz.caffagni@sombreroseguros.com.br



TRANSFORME SUA LIDERANÇA NO AGRONEGÓCIO COM O PROGRAMA

CEO AGRO DA FGV

Integre inovação e sustentabilidade no agronegócio com o programa **CEO Agro da FGV**. Explore tecnologias avançadas e práticas sustentáveis, melhorando a eficiência e garantindo o desenvolvimento do setor.

Desenvolva habilidades para enfrentar desafios globais e promover uma gestão eficiente. O conteúdo aborda desde a competitividade global até a governança digital, preparando você para decisões estratégicas.

Participe de uma imersão exclusiva que combina teoria e prática, ampliando sua rede de contatos e gerando novas oportunidades de negócios.

Torne-se um líder transformador no agronegócio sustentável.

SAIBA MAIS

ALTA GESTÃO FGV